

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 036/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (OBJETO)

1.1 O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes, sob demanda, aos servidores das unidades da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC, situadas nas cidades de Rio Branco, Brasília e Cruzeiro do Sul, bem como para a equipe de fiscalização que realizam trabalho de campo e devem estar obrigatoriamente identificados.

Item	Descrição do Material	Unidade de Medida	Tamanho	Gênero	Quantidade para Contratação	Valor Unitário	Valor total estimado para Contratação
01	Confecção de camisa manga longa na cor caqui coyote, produzido com tecido nas mangas em rip stop e na parte central (corpo da camisa) em poliéster, personalizada com bordado do brasão do estado do acre do lado direito e logomarca da ageac do lado esquerdo na parte frontal. Nas costas da camisa bordado com nome fiscalização centralizado. Com faixa refletiva termo transferível em largura de 4 cm abaixo do peito.	Unidade	P, M, G, GG e EG	Unisex	10		
02	Confecção de calça padrão						

	fardamento militar na cor preta em tecido rip stop, com bolso nas laterais.	Unidade	38 ao 50	Unissex	10		
03	Coturno extra leve na cor preta cano alto, com cadarço, com zíper.	Unidade	38 ao 46	Unissex	10		
04	Camisa gola polo, personalizada com logo do Governo do Estado do Acre e AGEAC, bordados	Unidade	P, M, G, GG e EG	Masculina e Feminina	200		
05	Colete em tacetel, com a logo do Governo do Estado do Acre e AGEAC, na frente e nas costas.	Unidade	P, M, G, GG e EG	Unissex	20		
06	Chapeu; tipo australiano; em brim leve; armacao em sarja 2x1; com protecao de pescoco; corda reguladora e botoes de pressao nas laterais para prender abas; com pintura em serigrafia; com logomarca do deracre na frente; logomarca em serigrafia do governo do estado do acre nas costas.	Unidade	Único	Unissex	20		

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 Para atender as necessidades desta Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC, técnicas e administrativas e a imprescindibilidade do uso de uniformes personalizados já definidos pela Casa Civil, que devem ser utilizados pelos servidores escalados para trabalhar.

Considerando que a pretensão deduzida se mostra importante, uma vez que a identificação permite aos servidores serem identificados pelos usuários dos serviços prestados pela AGEAC, a agilidade no acesso a locais e eventos, bem como permite estabelecer uma padronização do vestuário utilizado por aqueles, cuja atribuições demandam atividades externas e internas.

Considerando ainda, necessidade de coletes que são utilizados pelas Divisões Técnicas do Transporte, da Energia e do Saneamento, os quais realizam fiscalização, visitas técnicas e devem estar identificados.

Considerando que a equipe de fiscalização aborda veículos nas rodovias do Estado do Acre no sol quente, faz-se necessária a aquisição de chapéus para a proteção solar.

3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os materiais a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo TR por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1 DO PREÇO

4.1.1. De acordo com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

4.1.2. No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações

Públicas (PNCP);

II- contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III- utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV- pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

4.2 DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

4.2.1. Identificada à necessidade de contratação de uma empresa especializada para o fornecimento de uniformes, aos servidores das unidades administrativa e técnica desta Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC, buscou-se no mercado por fornecedores dos itens especificados.

4.2.2 A escolha desses fornecedores se deu em virtude de as empresas já terem realizado contratações similares feitas junto à Administração Pública Estadual, o que pode ser verificado após consulta no Diário Oficial do Estado e no Portal de Licitações e Contratos – LICON.

4.2.3. Nesse sentido, justifica-se que a escolha dos fornecedores se deve em razão da apresentação do menor preço por item, além de atendimento dos requisitos de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal.

5. DO PRAZO DO CONTRATO

5.1 DO CONTRATO

5.1.1 O Termo de Contrato poderá ser substituído pela Nota de Empenho que formalizará para todos os efeitos o contrato ajustado pelo Estado, representado pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre - AGEAC e a Proponente, nos casos em que o valor da contratação não ultrapasse os limites estabelecidos nas modalidades de licitação as quais se refere o art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

5.2 DA VIGÊNCIA

5.2.1 A contratação terá vigência a data de sua assinatura do contrato/empenho, e sua duração ficará adstrita do respectivo crédito orçamentário.

5.3 DA EFICÁCIA

5.3.1 A eficácia do contrato/empenho estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

5.3.2 A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura.

5.3.2.1. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

6. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 DA REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

6.1.1 A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.

6.1.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

6.2 LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO

6.2.1 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

7.2 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.2.1. Não será exigida a prestação de garantia na contratação

7.3 DA AMOSTRA

7.3.1 A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação de amostras.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 LOCAL DA ENTREGA

8.1.1 Sede da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre - AGEAC, situada na Rua Alexandre Farhat, 299, Bairro José Augusto, Rio Branco - AC, 69900-779, no

horário de expediente da Contratante.

8.2 PRAZO PARA ENTREGA:

8.2.1 05 (cinco) dias a contar do recebimento da Ordem de Entrega emitida pela CONTRATANTE.

8.3 CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

8.3.1 A Empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

8.3.2 O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

8.3.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

8.3.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

8.4 DO RECEBIMENTO

8.4.1 O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

8.4.1.1. Provisoriamente: Os serviços serão realizados provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

8.4.1.2. Definitivamente: Os serviços serão realizados definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

8.4.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.4.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da

Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

8.4.4 A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

8.4.5. No ato da realização dos serviços caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.

8.4.6 A realização definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90)

8.4.7. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

8.4.8. Durante o período em que o serviço definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das

obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6 FISCAL DO CONTRATO

9.6.1 São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

9.6.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

9.6.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

9.6.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

9.6.1.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

9.6.1.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

9.6.1.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

9.6.1.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

9.6.1.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

9.6.1.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

9.6.1.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

9.6.1.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

9.6.1.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura – venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

9.6.1.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

9.6.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

9.6.1.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

9.6.1.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

9.6.1.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

9.6.1.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

9.6.1.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

9.6.1.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;

9.6.1.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;

9.6.1.22 Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;

9.6.1.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e

9.6.1.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

9.7 GESTOR DO CONTRATO

9.8 São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

9.8.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;

9.8.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;

9.8.3 Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

9.8.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;

9.8.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;

9.8.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;

9.8.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;

9.8.8 Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;

9.8.9 Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;

9.8.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

9.8.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.

9.8.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;

9.8.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

9.8.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

9.8.15 Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

9.8.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei

9.8.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de

concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas

9.8.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões

9.8.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

9.8.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

9.8.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

9.9.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento dos serviços efetivamente realizados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

10.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras

coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

10.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

a) Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC

b) CNPJ nº 05.567.708/0001-42

10.4 A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

10.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

10.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a datado efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

10.7 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

10.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

10.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

10.10 A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a

empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

10.11 Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11. FORMA DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 DA MODALIDADE

11.1.1 Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.2.1. Menor preço por item.

11.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.3.1 As empresas interessadas deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

11.3.2 O (s) atestados deverá(o) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

12.1.1. Cód. Órgão / Unidade Executora: 754/210

12.1.2. Programa de Trabalho: 26782144110460000 / 17512144110450000 / 04122228621010000

12.1.3. Elemento de Despesa: 33 90 30 00 00 / 33 90 39 00 00



12.1.4. Fonte de Recurso: 15000100/ 15010700

Rio Branco / AC, 17 de janeiro de 2024.

Basile
Elizângela Queiroz de Araújo Basile
Chefe da Divisão de Administração – DIVAD
Portaria Nº 31/2023 - AGEAC

APROVAÇÃO:

Aprovo o presente Termo de Referência tendo em vista que o mesmo foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender a demanda da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre.

[Assinatura]
Luis Almir Brandão Francisco Soares
Presidente da AGEAC
Decreto n.º 4.118-P de 2023